



**Estratégia**  
Concursos

**11° SIMULADO**

**TJ SC**

**TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR**

# Simulado Especial

## 11º Simulado TJ-SC

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SC;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-23-05-20>**

- |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E |

**PORTUGUÊS**

Adriana Figueiredo

**TEXTO****Projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos**

O Porto do Rio – Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro foi divulgado pela Prefeitura em 2001 e concentrou diferentes projetos, visando a incentivar o desenvolvimento habitacional, econômico e turístico dos bairros portuários da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Em meados de 2007, quando se iniciou esse estudo sobre o Plano e seus efeitos sociais, a Zona Portuária já passava por um rápido processo de ressignificação perante a cidade: nos imaginários construídos pelas diferentes mídias, não era mais associada apenas à prostituição, ao tráfico de drogas e às habitações “favelizadas”, despontando narrativas que positivavam alguns de seus espaços, habitantes e “patrimônios culturais”.

Dentro do amplo território portuário, os planejadores urbanos que idealizaram o Plano Porto do Rio haviam concentrado investimentos simbólicos e materiais nos arredores da praça Mauá, situada na convergência do bairro da Saúde com a avenida Rio Branco, via do Centro da cidade ocupada por estabelecimentos financeiros e comerciais.

GUIMARÃES, R. A *Utopia da Pequena África*. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 16-7. Adaptado.

**01.** De acordo com o texto I, a Zona Portuária do Rio, até o início deste século, era vista como

- a) um lugar que não deveria ser frequentado.
- b) uma região que descaracterizava as belezas naturais do Rio.
- c) um ambiente dominado pelo tráfico.
- d) um local pouco populoso e com poucas habitações.
- e) um local desvalorizado social e urbanisticamente.

**02.** Assinale a afirmação correta de acordo com o primeiro parágrafo do texto:

- a) O estudo sobre o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro e os efeitos dele foi iniciado em 2007.

b) O Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro foi colocado em prática no ano de 2007.

c) O Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro foi o único responsável pela ressignificação das regiões portuárias.

d) Os investimentos do Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro ficaram concentrados no Centro da cidade.

e) Os planejadores idealizaram o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro em 2001.

**03.** No trecho do texto “concentrou diferentes projetos”, o verbo **concentrar** apresenta a mesma regência do verbo destacado em:

- a) Os bairros portuários do Rio de Janeiro **parecem** um cartão postal.
- b) Os investidores **confiam** na prosperidade da cidade.
- c) Nas lojas dos bairros, **sobressaem** a venda de anéis e pulseiras.
- d) O cenário atual **mostra** uma realidade bem diferente.
- e) A Zona Portuária **necessitava** de muitos investimentos.

**04.** O acento grave indicativo de crase está empregado de acordo com a norma-padrão em:

- a) O aviso diz que é para manter-nos à distância de dois metros.
- b) Brasil altera metas de inflação de 2018 à 2020.
- c) A volta à Recife foi tranquila.
- d) Os idosos acompanham às novas tecnologias com muito esforço.
- e) Andamos à cavalo nas férias.

**05.** A forma verbal em destaque está em **DESACORDO** com o que prevê a norma-padrão da língua em:

- a) Se a arte **condissesse** com a realidade, não seria arte.
- b) O jornalismo **medeia** a dialética estabelecida entre ficção e realidade.
- c) Espera-se que os jovens **adiram** às propostas dos livros juvenis.
- d) Quando criança, sempre **punha** um livro na mochila para ler no percurso.
- e) Se **requiséssemos** novos livros, os alunos teriam acesso a bibliotecas mais atualizadas.

**06.** Conforme a norma-padrão da língua portuguesa, a pontuação está corretamente empregada em:

- a) O conjunto de condutas e ações efetivas, quando atendem, de forma voluntária, aos colaboradores e à sociedade em geral, pode ser entendido como responsabilidade social.
- b) As instituições que optam por adotar a prática da responsabilidade social, beneficiam-se de criar uma melhor imagem no mercado.
- c) A concepção de responsabilidade social foi muito utilizada em campanhas publicitárias: por isso, as instituições precisam relacionar-se melhor, com a comunidade.
- d) A responsabilidade social explora uma gama ampla de beneficiários, envolvendo desse modo: a qualidade de vida o bem-estar dos colaboradores, a redução de impostos, diminuição de impactos negativos, no meio ambiente.
- e) Alguns analistas da responsabilidade social defendem a ideia de que: a intenção das empresas é o lucro e a diminuição de custos não a preocupação com a sociedade como um todo.

**07.** Os sinais de pontuação contribuem para a construção dos sentidos dos textos.

No fragmento do romance Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis:

“Escriturei-me; deram-me um papel que... mas para que o estou a fatigar com isso? Deixe-me ficar com as minhas amofinações” , as reticências são usadas para demarcar a

- a) insinuação de uma revelação.
- b) indecisão comum da linguagem oral.
- c) continuidade de uma ação.
- d) interrupção de um pensamento.
- e) destaque de algo dito.

**08.** O sinal de dois-pontos (:) está empregado de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) A incidência de notícias mentirosas é maior na área da política: é menor nas publicações relacionadas aos desastres naturais.
- b) A “viralização” de “fakenews” (notícias falsas) ocorre porque as pessoas compartilham informações com as quais concordam: pois não conferem as fontes antes.
- c) As informações mentirosas são mais divulgadas do que as verdadeiras: segundo levantamento feito por um instituto de pesquisa.
- d) As “fakenews” podem ser evitadas com o uso do bom senso: mas esperar isso de todo mundo é impossível.
- e) A literatura especializada dá alguns conselhos: não entre em sites desconhecidos e não compartilhe notícias sem fonte confiável.

**09.** A palavra **saíam** possui um hiato acentuado.

O hiato que também deve ser acentuado é:

- a) raízes
- b) juiz
- c) abenço
- d) veem
- e) rainha

10. A presença ou ausência de acento gráfico nem sempre se repete quando uma palavra está no singular ou no plural.

Quanto ao emprego do acento gráfico, a seguinte palavra se altera quando vai para o plural:

- a) item
- b) egoísta
- c) açúcar
- d) fiel
- e) lógico

11. A frase em que a concordância nominal do elemento em destaque se dá de acordo com as regras da norma-padrão é:

- a) As tradições e o conservadorismo foram **questionadas**.
- b) As meninas ficaram **sós** no final da festa.
- c) Embalagens de equipamentos eletrônicos não têm nada de **encantadora**.
- d) É **desnecessário** a agressão em redes sociais.
- e) Temos de ficar em **alertas** para não sofrermos acidentes.

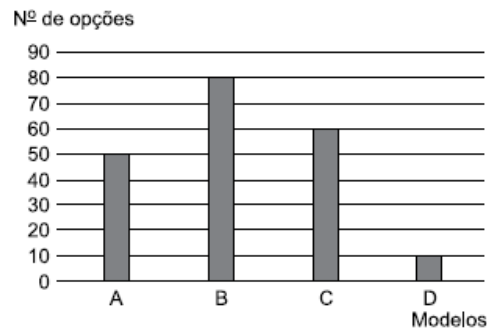
12. O período que atende plenamente às exigências da concordância verbal na norma-padrão da língua portuguesa é:

- a) Mais de um fiscal estiveram no local.
- b) Fazem cinco anos que não nos encontramos.
- c) Precisa-se de políticos honestos.
- d) Haviam mais de duas mil pessoas na exposição.
- e) Reeleger-se-á, somente, os candidatos com projetos aprovados.

### RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Alex Lira

13. Numa pesquisa, um grupo de consumidores optou por um dos 4 modelos apresentados, sendo permitida apenas uma opção por consumidor. No gráfico a seguir é exibido o resultado dessa pesquisa.



O número de consumidores que optaram pelo produto B corresponde, do número total de consumidores desse grupo, a:

- a) 1/4
- b) 3/10
- c) 2/5
- d) 3/5
- e) 3/4

14. Uma negação lógica para a proposição a Bola é redonda se e somente se o lago não é azul, pode ser dada por:

- a) o lago é azul e a Bola é redonda, ou a Bola é redonda e o lago não é azul.
- b) a Bola é redonda e o lago não é azul
- c) o lago não é azul e a Bola não é redonda, ou a Bola é redonda e o lago é azul
- d) a Bola não é redonda ou o lago não é azul.
- e) O lago não é azul e a Bola não é redonda.

15. Uma notícia afirma que “A violência não baixa ou a remuneração aumenta”. Uma afirmação equivalente a essa é:

- a) se a violência baixa, então a remuneração não aumenta.
- b) se a remuneração aumenta, então a violência baixa.
- c) se a violência não baixa, então a remuneração aumenta.
- d) se a violência baixa, então a remuneração aumenta.
- e) se a violência não baixa, então a remuneração não aumenta.

16. Os imóveis de Patrícia, Soraia e Carolina são, não necessariamente nessa ordem, um apartamento, uma casa térrea e um sobrado. Um dos imóveis fica em São Paulo, outro em Minas e o outro em Pernambuco. O imóvel de Patrícia é em São Paulo, o imóvel de Carolina é um sobrado, o imóvel de Soraia não é em Minas e não é um apartamento. As cidades onde ficam o apartamento, a casa térrea e o sobrado, são respectivamente:

- a) São Paulo, Minas e Pernambuco
- b) São Paulo, Pernambuco e Minas
- c) Pernambuco, Minas e São Paulo
- d) Pernambuco, São Paulo e Minas
- e) Minas, São Paulo e Pernambuco

17. Numa pesquisa, obteve-se que 17% das escolas particulares devem algum tipo de imposto do ano anterior, e, desse grupo, são 13% que devem algum tipo de imposto dos últimos dois anos. Em relação ao total de escolas da pesquisa, a porcentagem das escolas que devem apenas os impostos do ano anterior é de, aproximadamente,

- a) 14,8.
- b) 13,7.
- c) 14,3.
- d) 15,6.
- e) 13,9.

18. Os 16 colaboradores de uma firma são igualmente eficientes e, em 12 dias de trabalho, concluem 768 processos. Se fossem apenas 10 desses colaboradores, e eles emitissem parecer conclusivo em 240 processos, eles necessitariam de trabalhar durante

- a) 9 dias
- b) 8 dias
- c) 7 dias
- d) 6 dias
- e) 5 dias

## **DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Ricardo Torques

19. De acordo com a Lei nº 10.048/2000, pode-se afirmar que terá prioridade de atendimento:

- a) Mariana que está gestante, mas Lourdes que está com o filho no colo deverá aguardar o atendimento como os demais.
- b) João e Maria, casal de 59 (cinquenta e nove) anos na fila do banco.
- c) Thyago, obeso, que está na fila de atendimento da empresa que fornece energia elétrica para sua cidade.
- d) Paula, menor de idade desacompanhada dos pais, que aguarda para pagar a contada internet numa lotérica.
- e) Pedro que é deficiente visual, mas Paulo que é deficiente auditivo deverá aguardar atendimento para ser atendido junto à companhia de água de sua cidade.

20. A Lei nº 10.048/2000 estabelece atendimento prioritário para determinados indivíduos e prevê outras providências. Sobre o tema, é correto que:

- a) As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por crianças de colo e pessoas portadoras de deficiência.
- b) As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por crianças de colo, pessoas portadoras de deficiência e obesos.
- c) Os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após doze meses da publicação da Lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência, mas não há obrigatoriedade na adaptação dos veículos de transporte coletivo já em utilização.
- d) A Lei apenas responsabiliza as empresas concessionárias de serviço público e as instituições financeiras em caso de infração ao disposto na Lei.
- e) A regulamentação da Lei nº 10.048/2000 caberá ao Poder Legislativo.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Herbert Almeida

**21.** A descentralização administrativa ocorre quando o Estado não executa o serviço por meio de sua Administração direta. Nesse sentido, considerando que existem distintas formas de descentralização administrativa, considere os itens a seguir sobre descentralização realizada por meio de contrato ou ato administrativo unilateral:

- I. dá origem aos órgãos públicos estatais.
- II. pressupõe a criação de entidades públicas que recebem a titularidade e a execução dos serviços.
- III. a depender do caso, pode ser feita a pessoa física ou jurídica.
- IV. transfere a execução de determinado serviço a pessoa de direito privado previamente existente.

Está correto o que se afirma somente no(s) item(ns):

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I, II, III, IV.

**22.** José está prestes a tomar posse em autarquia do estado de Santa Catarina, criada em 2020 para a execução de serviços públicos descentralizados. Considerando o regime jurídico dos cargos públicos da Administração indireta, é correto afirmar que José

- a) será necessariamente estatutário e pressupõe, em qualquer caso, a prévia aprovação em concurso público de provas e títulos.
- b) poderá ser nomeado em caráter efetivo, caso tenha sido aprovado em concurso público, ou em comissão, para cargo de livre nomeação e exoneração, e em ambos os casos será servidor estatutário.

c) necessariamente deverá aguardar o prazo de três anos para aquisição de estabilidade no serviço público, independentemente de o cargo ser de provimento efetivo ou em comissão.

d) seu vínculo com a Administração será contratual e regido por normas híbridas de direito público e direito privado, quando aplicáveis.

e) será considerado servidor celetista, sujeito às regras de direito privado tanto no que diz respeito ao regime de seu cargo quanto às normas previdenciárias.

**23.** A administração estadual pretende realizar a contratação de projetos da área médica para o desenvolvimento de pesquisa em busca de soluções inovadoras em área da saúde, que necessita de especial atenção. Para tanto, instituiu prêmios para os melhores projetos. Acerca das modalidades de licitação e suas características, com base nas previsões da Lei nº 8.666/93, assinale a opção correta:

a) é viável a realização de licitação na modalidade concurso, que se destina à contratação de trabalhos científicos, mediante a instituição de prêmios aos vencedores, que devem atender aos requisitos de qualificação exigida dos participantes constantes em regulamento próprio.

b) a instituição de prêmios é vedada pela legislação, de forma que necessariamente os vencedores do certame deverão assinar contrato administrativo para a prestação dos serviços por meio de remuneração definida na proposta.

c) a licitação necessariamente deverá ser julgada pelo critério de melhor técnica, devendo constar do regulamento a qualificação exigida dos participantes e as diretrizes e formas de apresentação do trabalho.

d) o edital deve fixar os critérios de julgamento das propostas, e deve estabelecer como critério de escolha o menor preço.

e) a licitação é inexigível nesse caso.

**24.** Nos casos em que a Administração pública recebe um bem imóvel em dação em pagamento, como forma de quitação de uma dívida do administrado, mas depois pretenda aliená-lo, é correto afirmar que:

- a) a licitação será inexigível.
- b) a licitação será dispensável.
- c) a licitação para a venda do bem poderá ocorrer mediante concorrência ou leilão.
- d) a licitação é dispensada, em qualquer caso.
- e) a alienação do imóvel deverá ocorrer por meio de concorrência.

**25.** A respeito da modalidade pregão (Lei nº 10.520/02), utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, é correto afirmar que

- a) os bens objeto do certame são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetiva ou subjetivamente definidos por edital.
- b) é vedada a utilização de especificações excessivas do objeto, que limitem a competição.
- c) a equipe de apoio deve ser formada exclusivamente por ocupantes de cargo efetivo ou emprego na Administração.
- d) as propostas devem ser apresentadas a partir da publicação do aviso, em prazo não superior a oito dias.
- e) o edital deverá prever o critério de julgamento adotado, utilizando-se de qualquer daqueles previstos na Lei 8.666/1993.

**26.** Suponha que em fevereiro desse ano tenha sido noticiado nos jornais de Santa Catarina a ocorrência de agressões a alunos de escola pública estadual, durante o horário das aulas, o que acarretou danos materiais e morais aos estudantes agredidos. As informações indicam que as agressões foram realizadas dentro das instalações da escola, por pessoas externas, que invadiram a escola, por alguma forma não identificada.

Diante dessa situação hipotética, e considerando a responsabilidade civil estatal, é correto afirmar que

a) não há responsabilidade estatal nesse caso, pois as agressões não decorreram da atuação de nenhum agente estatal.

b) o Estado poderá ser responsabilizado caso comprovada a existência de algum dano material aos alunos, mas é isento quanto aos danos morais sofridos.

c) a responsabilidade nesse caso será subjetiva, devendo os interessados comprovarem a ocorrência de dolo ou culpa de algum agente estatal no evento danoso.

d) o Estado responde objetivamente pelos danos, desde que as famílias que pretendem obter a indenização comprovem que houve falha no controle de entrada de pessoas no ambiente escolar.

e) a responsabilidade do Estado será objetiva, independentemente de dolo ou culpa de algum agente estatal, em virtude do dever de garantir a integridade de pessoas sob sua guarda ou custódia.

**27.** João e José ingressaram com processo administrativo em âmbito federal, em assunto de evidente interesse público. João, contudo, está pensando em desistir de seu requerimento. Nesse caso, com base nas disposições da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que

a) como existe mais de um interessado, ambos devem desistir do requerimento, o que não impede a posterior apresentação de pedido semelhante por apenas um deles.

b) após o despacho inicial do processo, é vedada a desistência, nos casos em que o interesse público prevalecer.

c) como há mais de um interessado, a desistência de um deles atingirá somente aquele que formulou o pedido de desistência.

d) a desistência de um ou mais interessados impede o prosseguimento do processo pela Administração.

e) o interessado que pretenda desistir deverá renunciar totalmente do pedido formulado.



28. Em operação realizada pela Administração estadual, foi constatado que alguns servidores estavam facilitando a incorporação de verbas públicas ao patrimônio de particulares. Alguns desses servidores alegaram que não houve dolo em suas condutas, defendendo que não praticaram ato de improbidade administrativa. A respeito do tema, assinale a afirmativa correta:

- a) os atos previstos na Lei de Improbidade Administrativa sempre exigem a demonstração do dolo, de forma que os servidores envolvidos não responderão caso se comprove que agiram apenas com culpa.
- b) os servidores respondem por ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, situação que permite a decretação da indisponibilidade dos bens dos acusados.
- c) caso a omissão seja culposa, o ressarcimento do dano não será integral.
- d) os servidores respondem por ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito, devendo ser determinada a perda de bens e valores acrescidos ao seu patrimônio.
- e) desde que não tenha sido instaurado procedimento penal, o servidor pode ser condenado administrativamente à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

29. Em relação aos direitos políticos, em conformidade com o estabelecido na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) para concorrer a outros cargos, os Governadores de Estado devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.
- b) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito,

salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

- c) o militar alistável é elegível e se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
- d) é vedada a cassação de direitos políticos, salvo nos casos de condenação criminal transitada em julgado.
- e) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até dois anos da data de sua vigência.

30. Considere:

I. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

II. Um terço dos lugares dos Tribunais dos Estados será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

III. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um quinto, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente.

IV. Um quinto dos lugares dos Tribunais dos Estados será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista triplíce pelos órgãos de representação das respectivas classes.

No que concerne as funções institucionais do Ministério Público, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

**31.** A República Federativa do Brasil rege-se, em suas relações internacionais, por alguns princípios, dentre eles a

- a) a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato.
- b) garantia do desenvolvimento nacional.
- c) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- d) construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- e) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

**32.** Com relação às funções institucionais do Ministério Público, considere:

- I. requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- II. promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
- III. promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- IV. exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e permitida a consultoria jurídica de entidades públicas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

**33.** Nos termos da Constituição de 1988, aos juízes é vedado, exceto:

- a) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- b) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.
- c) dedicar-se à atividade político-partidária.
- d) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, salvo se advogar em causa própria.
- e) exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

**34.** A respeito da responsabilidade do Presidente da República, marque a assertiva incorreta:

- a) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade.
- b) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- c) O Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.

e) O afastamento do Presidente da República cessará, se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

**35.** Tendo em vista as classificações das Constituições, em relação ao modo de elaboração e à origem, a Constituição Brasileira de 1988 é, respectivamente

- a) promulgada e dogmática.
- b) rígida e formal.
- c) promulgada e formal.
- d) dogmática e promulgada.
- e) dogmática e formal.

**36.** Considere as seguintes afirmativas:

I. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

II. É proibida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

IV. É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Há direito ou garantia individual, conforme apregoado pela Constituição Federal, apenas em:

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II e IV.
- e) I, II e III.

**37.** Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:

- a) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, o cancelamento de sua inscrição será imediato.
- b) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões sempre deverão ser tomadas por meio de aprovação da maioria de votos dos presentes.
- c) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- d) A existência legal da pessoa jurídica de direito privada começa com o início efetivo das suas atividades, independentemente da conclusão do registro de seus atos constitutivos.
- e) Obrigam a pessoa jurídica os atos de seus administradores, exercidos ou não nos limites dos poderes definidos no ato constitutivo.

**38.** Com relação aos atos jurídicos, julgue as afirmativas a seguir:

- I. O ato jurídico é considerado nulo quando praticado por pessoa relativamente incapaz.
- II. O ato jurídico, quando não observada a forma prescrita em lei, é anulável.
- III. O ato jurídico, quando caracterizado por vício resultante de fraude contra credores, é nulo de pleno direito.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) Nenhuma das afirmativas.
- e) II e III.

**39.** Acerca do contrato de compra e venda, assinale a alternativa incorreta.

**DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

- a) É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- b) É lícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.
- c) A compra e venda pode ter por objeto coisa atual ou futura.
- d) É vedada a compra e venda entre cônjuges na constância do casamento.
- e) Excetuando-se a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.

**40.** Considere as alternativas a seguir, acerca do domicílio:

- I. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência definitiva.
- II. Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá um domicílio para as relações profissionais desenvolvidas naquele respectivo local.
- III. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- IV. O servidor público detém, segundo o código civil, domicílio necessário, assim como o servidor, o militar, o marítimo e o preso.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) IV e I
- d) I, III e IV.
- e) todas as alternativas.

**41.** Jair e Flávio celebraram contrato de compra e venda de uma fazenda de laranjas nos arredores do Rio de

Janeiro. Porém, ficou convencionado que o preço seria fixado por Carlos, pois este detinha maior conhecimento acerca do valor agregado ao laranjal. Carlos, por sua vez, recusou a incumbência por motivos pessoais.

Nesse caso, o contrato

- a) é nulo de pleno direito, pois é vedado atribuir a terceiro a fixação do preço em contrato de compra e venda.
- b) é nulo de pleno direito, pois só se admite atribuir a terceiro a fixação do preço em contratos de compra e venda de coisas fungíveis.
- c) era válido por ocasião da celebração, mas a recusa de Carlos o tornou inválido.
- d) é juridicamente inexistente, pois é vedado atribuir a terceiro a fixação do preço em contrato de compra e venda.
- e) é válido, mas ficará sem efeito por conta da recusa de Carlos, salvo se Jair e Flávio designarem outro especialista para fixar o preço.

**42.** A respeito da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade do fornecedor é subjetiva com relação ao produto que o mesmo coloca em circulador.
- b) A responsabilidade civil do incapaz pela reparação dos danos é solidária com relação aos seus genitores.
- c) a gradação da culpa como critério de equidade de indenização não foi adotada pelo Código Civil.
- d) a culpa contra a legalidade não afasta a necessidade de comprovação de dolo ou culpa do agente causador do dano.
- e) a cláusula penal equivale ao mínimo que o credor deverá receber em caso de descumprimento total ou parcial do contrato.

**43.** A audiência de instrução e julgamento é um ato processual complexo pois vários atos dele fazem parte. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, independentemente de concordância das partes.
- b) Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, improrrogáveis.
- c) Quando requerido pelas partes, o debate oral poderá ser substituído por razões finais escritas.
- d) A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, desde que assegure o rápido acesso das partes e dos órgãos julgadores.
- e) A audiência de instrução e julgamento sempre será pública.

**44.** A coisa julgada material opera-se quando a decisão de mérito torna-se imutável, indiscutível e não mais sujeita a recurso. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) Os motivos e a verdade dos fatos fazem coisa julgada.
- b) Em nenhuma hipótese, o juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide.
- c) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada e, com isso, poderá prejudicar terceiros.
- d) Nada impede que a parte discuta, em fase recursal, as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.
- e) Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

**45.** O Código de Processo Civil, ao tratar sobre as disposições gerais aplicáveis aos recursos, prevê que:

- a) A parte, ao recorrer, deverá impugnar a decisão na íntegra.
- b) O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão.
- c) Quando o recurso for remetido por correio, deverá ser considerada a data do seu recebimento pelo juízo para fins de aferição da tempestividade.
- d) Cabe ao juízo a quo verificar a ocorrência de feriado local.
- e) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.

**46.** Sobre o cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública, é correto que:

- a) No cumprimento da sentença, o exequente apresentará demonstrativo discriminado e atualizado do crédito e, havendo pluralidade de exequentes, poderá ser apresentado um único demonstrativo.
- b) Caso a Fazenda Pública não faça o pagamento voluntário do débito, será aplicada multa no montante de 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado.
- c) Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à Fazenda Pública declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.
- d) A Fazenda Pública poderá apresentar impugnação à execução no prazo de 60 dias e nos próprios autos.
- e) Não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada, o juízo expedirá precatório em favor do exequente.

**47.** Sobre a execução nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

- a) As sentenças poderão ser líquidas ou ilíquidas.
- b) As sentenças serão necessariamente líquidas e eventuais cálculos de conversão de índices, de honorários, de juros e de outras parcelas serão efetuados por servidor judicial.
- c) Caso a sentença transitada em julgado não seja voluntariamente cumprida, o interessado deverá peticionar ao juízo requerendo o início da execução, sendo determinada a citação do executado.
- d) O devedor poderá oferecer embargos à execução e poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.
- e) A execução de título executivo extrajudicial, desde que respeitado o teto de quarenta salários mínimos, também será processada integralmente conforme disposto na Lei dos Juizados Especiais.

**48.** Com base na Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta quanto às despesas processuais e demais disposições sobre os Juizados Especiais:

- a) O acesso ao Juizado Especial independará, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- b) O acesso ao Juizado Especial dependerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- c) Em caso de interposição recursal, serão devidas as despesas processuais, exceto aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição.
- d) O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, valendo a sentença como título executivo extrajudicial.
- e) As decisões proferidas nos Juizados Especiais poderão ser objeto de ação rescisória.

**49.** No que se refere à aplicação da lei penal, assinale a opção correta:

- a) Quanto ao lugar do crime, o sistema penal brasileiro adotou a teoria do resultado ou mista.
- b) A lei penal nova mais benéfica retroage para abarcar também os fatos ocorridos antes de sua vigência, devendo aplicar-se inclusive aos processos com decisão já transitada em julgado, cabendo ao juízo da execução a sua aplicação.
- c) O Código Penal Brasileiro, quanto ao tempo do crime, acolheu a teoria do resultado.
- d) Nos crimes permanentes e nos delitos praticados na forma continuada, sobrevindo lei nova mais severa durante o tempo de ocorrência do crime, não pode ela ser aplicada diante do princípio previsto na Constituição Federal que é expresso ao prever que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- e) De acordo com a lei penal brasileira, o território nacional estende-se a embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública, desde que se encontrem a serviço do governo brasileiro.

**50.** Sobre a imputabilidade é correto afirmar:

- a) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade penal.
- b) Se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, a pena pode ser reduzida de um terço à metade.
- c) O agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, pode ter a sua pena reduzida de um a dois terços.
- d) Os menores de dezoito anos são penalmente imputáveis.

## DIREITO PENAL

Priscila Silveira

e) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade penal.

**51.** Com relação ao concurso de pessoas, marque a opção correta:

a) No CP, adota-se, em relação ao concurso de agentes, a teoria monística ou unitária, segundo a qual, aquele que, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas na medida de sua culpabilidade; no referido código, adota-se, ainda, o conceito restritivo de autor, entendido como aquele que realiza a conduta típica descrita na lei, praticando o núcleo do tipo.

b) No concurso de pessoas, se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a dois terços.

c) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena do crime cometido, reduzida de um a dois terços.

d) a instigação e o auxílio, em qualquer hipótese, são puníveis mesmo que o crime não ocorra.

e) as circunstâncias e as condições de caráter pessoal se comunicam, sejam, ou não, elementares do crime.

**52.** Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O crime de falsidade de atestado médico consuma-se com a entrega pelo médico do atestado falso ao paciente para justificar a sua ausência ao trabalho, independentemente de qualquer outro resultado ou consequência.

b) Omitir, nos documentos destinados a fazer prova perante a previdência social, o nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, caracteriza o crime de falsificação de documento público.

c) A falsidade ideológica refere-se ao conteúdo do documento, e a material é a própria forma do documento, que é alterada ou forjada, criando um documento novo.

d) Alterar documento verdadeiro emanado de entidade paraestatal é crime de falsificação de documento particular.

e) No crime de falsificação de documento público, a pena é aumentada de sexta parte se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo.

**53.** Juma Marruá, é tesoureira de órgão público e agindo em concurso com Teresa Cristina e em proveito desta, que não é funcionária pública mas que sabe que Juma o é, desvia certa quantia em dinheiro, de que tem a posse em razão do cargo. Nesse caso é correta afirmar que:

a) Teresa Cristina não responde por crime nenhum, já que foi Juma Marruá quem desviou o dinheiro.

b) Teresa Cristina responde por apropriação indébita, e caso Juma Marruá restitua o bem antes do trânsito em julgado, será causa extintiva da punibilidade.

c) Juma Marruá e Teresa Cristina cometeram o crime de peculato, e caso haja a restituição do bem depois do trânsito em julgado, poderão ter a pena diminuída.

d) Juma Marruá e Teresa Cristina respondem pelo crime de peculato.

e) Juma Marruá responde por peculato e Teresa Cristina por apropriação indébita.

**54.** Péricles (funcionário público federal), nessa qualidade, com intuito de prejudicar Thiago (contribuinte), exige contribuição social que sabia indevida. Nessa situação hipotética Péricles comete o crime de:

a) Concussão.

b) Estelionato.

c) Excesso de exação.

d) Peculato.

e) Corrupção passiva privilegiada.

Concussão.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Priscila Silveira

55. Sobre a ação penal é correto afirmar:

- a) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito ou oral e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e pelo juiz.
- b) A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público, vez que é o titular da ação penal pública.
- c) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- d) Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 2 (dois) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante o preenchimento das condições ajustadas cumulativa e alternativamente.
- e) Se o crime for praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública condicionada à representação.

56. São casos de impedimentos preceituados no Código de Processo penal, EXCETO:

- a) tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;
- b) ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha;
- c) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;
- d) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

e) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

57. A fiança poderá ser concedida:

- a) nos crimes de racismo;
- b) nos crimes de receptação dolosa, quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva.
- c) nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como crimes hediondos;
- d) nos crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;
- e) aos que, no mesmo processo, tiverem quebrado fiança anteriormente concedida ou infringido, sem motivo justo, qualquer das obrigações a que se referem os arts. 327 e 328 deste Código;

58. Sobre a intimação da sentença é INCORRETO afirmar que:

A intimação da sentença será feita:

- a) ao réu, pessoalmente, se estiver preso.
- b) ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança.
- c) ao defensor constituído pelo réu, se este, afiançável, ou não, a infração, expedido o mandado de prisão, não tiver sido encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça.
- d) ao réu, através de edital, se estiver preso na unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.
- e) mediante edital, se o réu, não tendo constituído defensor, não for encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça.



59. Sobre os recursos considere as seguintes afirmativas:

- I- Contra a decisão do magistrado que rejeita a denúncia ou a queixa é cabível recurso em sentido estrito pelo Ministério Público ou pelo querelante. C
- II- As apelações das sentenças de absolvição ou condenação podem ser interpostas somente de todo o julgado, não sendo possível recorrer de parte dele.
- III- Caso a parte interponha o recurso errado, por mero equívoco e de boa-fé, dentro do prazo para o recurso correto, o juiz o receberá e mandará processá-lo pelo rito do recurso cabível. C
- IV- O recurso de apelação e o recurso em sentido estrito comportam juízo de retratação.

É correto o que se afirma em :

- a) I e III.
- b) I, III e IV.
- c) II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

60. A ordem de habeas corpus deve ser concedida:

- a) não pode ser impetrado quando a coação ilegal for decorrente da ocorrência da extinção da punibilidade.
- b) não pode ser impetrado se a coação ilegal for decorrente de processo manifestamente nulo.
- c) não pode ser impetrado pelo Ministério Público.
- d) em caso de estar alguém sofrendo ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.
- e) não pode ser concedido de ofício.

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-23-05-20>

### *Conheça nosso sistema de questões!*


*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!*



Concursos

*Não é assinante?*

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA**  
**ILIMITADA**

ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE